

FORMAÇÃO DA SOCIEDADE RURAL E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL¹

Francisco Benedito da Costa Barbosa²

RESUMO

O desenvolvimento econômico brasileiro tem estreita relação com a sociedade rural brasileira, tanto por sua influência econômica, política e cultural, e também por sua dimensão. Neste *paper* busca-se o entendimento dessa relação a partir da sua gênese, ou seja, a *plantation* açucareira do período colonial. O complexo açucareiro que se instalou no Brasil colonial estabeleceu condições que nortearam o desenvolvimento nacional até a segunda metade do século XX. A modernização mais abrangente do campo brasileiro só veio ocorrer a partir dos anos de 1970, contudo, ainda hoje, nas regiões Nordeste e Norte encontram-se exemplos ilustrativos do *modus operandi* da sociedade rural não modernizada. Para analisar a Formação da Sociedade Rural no Brasil e seus desdobramentos no desenvolvimento nacional, o trabalho está estruturado em quatro partes. Na primeira o foco é a formação da família rural na sociedade colonial. Na segunda parte, destaca-se o engenho no sistema colonial. O terceiro aspecto visa o início da aristocracia rural. Na parte quatro tem-se uma análise do tradicional *versus* moderno no agro brasileiro a partir do domínio da aristocracia rural que se formou no Brasil.

Palavra-chave: história econômica, sociedade rural, agricultura, desenvolvimento.

FORMATION OF RURAL SOCIETY AND THEIR REFLECTIONS ON THE DEVELOPMENT OF BRAZIL

ABSTRACT

The Brazilian economic development has close relationship with the Brazilian rural society, both by its economic, political and cultural influence, and also by its size. This paper seeks the understanding of the relationship from its genesis, i.e. the sugar plantation of the colonial period. The mill complex that settled in colonial Brazil established conditions guiding national development until the second half of the 20th century. The broader modernization of Brazilian field came only occur starting from the years of 1970, however, still today, in the North and Northeast regions are illustrative examples of the *modus operandi* of rural society not modernized. To analyze the formation of Rural Society in Brazil and its unfoldings in national development, the work is structured into four parts. The first focus is the training of rural family in colonial society. In the second topic, we highlight the ingenuity in the colonial system. The third aspect is the beginning of the landed gentry. In part four has an analysis of traditional *versus* modern in Brazilian agro from the domain of the landed gentry who majored in Brazil.

Key words: economic history, rural society, agriculture, development.

¹Pesquisa *IPADES*, 2011. Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável – *IPADES*.

²Eng. Agr. Pós-graduado *Stricto Sensu*. Planejamento do Desenvolvimento. Desenvolvimento Econômico. Sócio Presidente – *IPADES*.

INTRODUÇÃO

Portugal chega ao século XVI, com posição importante no mercado mundial, principalmente por sua expansão ultramarina. Entretanto, passa a sofrer acentuado processo de estagnação econômica e social, em função da fragilidade da burguesia comercial diante da nobreza, da realeza e do clero. O capital usuário especializava-se na manutenção da caótica dívida pública (Oliveira, 2003). Alie-se a debilidade da base produtiva nacional. Sob este contexto o Brasil é inserido na economia portuguesa, através da adoção de sesmarias, para viabilizar a colonização mercantil, estabelecida nos moldes do Império das Índias.

A empresa açucareira passou a fazer parte da realidade brasileira a partir do terceiro decênio do século XVI,¹ por duas condições importantes: 1) ocupação efetiva pelo povoamento e colonização da costa do Brasil; 2) o valor comercial do açúcar, na Europa, com uma demanda muito maior do que a oferta. Tratava-se da mercadoria mais importante do comércio mundial, superando em valor aos grãos, carne, peixes, especiarias, tecidos ou metais.²

Para atender esse mercado era necessária uma produção em larga escala. Além disso, a logística desse negócio – plantio, colheita, transporte ao engenho, moagem, exportação e financiamento – completavam, o quadro que viabilizava economicamente grandes plantações. Tem-se então, a condição determinante da instalação da *plantation* açucareira no Brasil.³ Com a grande propriedade direcionada ao cultivo da cana-de-açúcar, instalou-se no Brasil o trabalho escravo, após a tentativa do silvícola como mão-de-obra no extrativismo do pau-brasil, mas que se tornou inviável na agricultura comercial.⁴ Foi o negro africano quem resolveu o problema da mão-de-obra para esse tipo de agricultura. Solução que se estendeu até o final do século XIX, com reflexos no retardamento no desenvolvimento econômico do Brasil. Nessa conjuntura começa a se formar a sociedade rural brasileira.

A pesquisa está estruturada em quatro partes. Na primeira o foco é a formação da família rural na sociedade colonial. Na segunda parte, destaca-se o engenho no sistema colonial. O terceiro aspecto visa o início da aristocracia rural. Na parte quatro tem-se uma análise do tradicional *versus* moderno no agro brasileiro a partir do domínio da aristocracia rural que se formou no Brasil.

A FAMÍLIA RURAL E A SOCIEDADE COLONIAL

Até o século XIV, a produção de açúcar na Europa esteve restrita ao Mediterrâneo. A partir da centúria seguinte, verificou-se acelerado processo de expansão geográfica do cultivo e da transformação da cana (SILVA, 1995). Os portugueses praticamente controlaram o mercado mundial de açúcar por quase três séculos, primeiro, com o estabelecimento de engenhos nas ilhas do Atlântico, sobretudo na Madeira, depois, com a implantação e a rápida disseminação de atividades agroaçucareiras no Brasil, principalmente no litoral nordestino (GODINHO, 1983).

A atividade açucareira também foi o embrião da família rural, base da sociedade colonial brasileira, que se desenvolveu patriarcal e aristocrática, nos moldes da sociedade portuguesa. A família rural contava com apoio político do donatário da capitania e/ou do Governo Geral. A colonização por indivíduos praticamente não recebeu esse apoio e não influenciou política e economicamente o povoamento. ⁵

Em torno dela e do seu elemento principal, o engenho, - polo aglutinador da sociedade que se formava, ordenando a propriedade e o uso do solo com a plantação de cana-de-açúcar, em função do grande comércio – a economia açucareira do período colonial estabelece o primeiro forte núcleo social e político da sociedade brasileira: a casa-grande (habitação do senhor), e a senzala dos escravos. Assim, a grande propriedade açucareira transformou-se num verdadeiro mundo em miniatura em que se concentrava e resumia a vida toda de uma população. ⁶

Sua autossuficiência ⁷ impossibilitava que se superasse o contexto patriarcal. Este, por sua liderança única estabelecida em um ambiente fechado, não permitia que as mudanças ocorressem impossibilitando qualquer tentativa de modernização tanto do setor produtivo como da própria sociedade estabelecida em função dessa economia.

O engenho-de-açúcar estabeleceu no Brasil duas situações típicas da sociedade da Europa Ocidental, daquela época: a produção num ambiente social auto-suficiente (o feudo); o comércio internacional do açúcar (o mercantilismo). Mas no comércio do açúcar, o senhor de engenho tinha posição marginal, de modo que dificilmente poderia ser o antecessor do empresário moderno. Tratava-se de um agente econômico especializado que organizava a produção destinada a gerar riquezas para a apropriação na metrópole. Desse modo, malgrado seus privilégios sociais e políticos ele entrava no circuito da apropriação colonial de forma dependente e sob o controle fiscal da Coroa ou economicamente pelos grupos financeiros europeus que dominavam o mercado internacional. O Sistema Colonial o engessava.

A família rural foi um dos principais agentes na formação da sociedade colonial brasileira. Esta, na sua origem se pautou em dois aspectos. No político e econômico era considerada moderna, pois se inseria nos quadros do absolutismo e do capitalismo comercial. Quanto ao aspecto social e das mentalidades era arcaizante, pois se baseava em estruturas ibéricas medievais, africanas e indígenas pré-coloniais.

Nesse contexto, a burguesia rural e mercantil da colônia desejava o enriquecimento não como um fim em si, mas como meio de enobrecimento, interrompendo o ciclo capitalista poupança-investimento e direcionando seus recursos para a compra de títulos nobiliárquicos, cargos enobrecedores, terras improdutivas e palácios dispendiosos. Pertencer à nobreza de direito à nobreza de fato era aspiração corrente dos senhores de engenho. Para tanto, valorizavam-se muito mais o interesse corporativo do que o interesse individual, a família patriarcal do que a família nuclear, a estabilidade do que a mudança, o sobrenome do que o nome.

Em relação ao poder, embora o Estado português estivesse presente no Brasil, desde a instalação do primeiro governo-geral de Tomé de Souza (1549-53), não há dúvida que o poder local, constituído a partir do latifúndio e da família patriarcal, foi maior e mais forte do que a ação do Estado, diluindo a autoridade deste. Para tal, concorreu a dimensão da colônia onde as distâncias e os obstáculos físicos constituíram barreiras adicionais para as ações centralizadoras do governo.

O ENGENHO-DE-AÇÚCAR NO SISTEMA COLONIAL

O complexo açucareiro era composto por dois setores fundamentais, perfeitamente articulados: o agrícola, com as lavouras de cana; o industrial, com a fábrica do engenho. O engenho foi assentado na grande propriedade escravocrata. Este sistema dificultava a vida das camadas de pequenos e médios produtores, ⁸ que pesar disso, aos poucos vai implantando uma agricultura diversificada – mandioca, bata-doce, milho, fruteiras, palmáceas, ervas para condimentos etc., além das tentativas dos produtos de clima temperado como o trigo – para atender a subsistência e gerar um excedente para o mercado. A prática agrícola vai lhes mostrando a realidade do novo ambiente, tanto para o homem, como também os problemas da agricultura tropical, ⁹ desmistificando as primeiras impressões de que o novo território não era aquele paraíso de salubridade, no qual em se plantando tudo dá, ou seja, um horto edênico. ¹⁰ Este contexto pode ser considerado como uma primeira contribuição ao desenvolvimento que se buscava implantar na colônia, sem alterar as estruturas socioeconômicas e sem o conhecimento da ecologia tropical.

No entanto, a maior contribuição na formação da nova sociedade foi a produção de açúcar, que operava dentro do sistema colonial. Neste, a produção canavieira organizava-se, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas para Portugal. Não inseria o produtor colonial no processo pelo qual a circulação dos produtos coloniais, como as mercadorias, o capitalizasse, pois o excedente que lhe cabia constituía-se muito mais numa espécie de remuneração pelo trabalho, ou seja, a parcela da apropriação colonial era pequena, significando o pouco deixado pela Coroa e pelas companhias ou agências comerciais aos produtores da colônia. Assim, o contexto socioeconômico em que se desenvolveu a *plantation* açucareira, no sistema colonial, anulava progressivamente o ímpeto capitalista do senhor-de-engenho, instigado pela situação de conquista e animado durante a fase pioneira da colonização.

O engenho, ¹¹ unidade centralizadora correspondia à necessidade de controle da produção pelo capital mercantil, de forma a garantir o monopólio e a garantia de maior quantidade de produto. Ao agir desta forma dava sentido às lavouras de cana. Estas se estendiam em torno do engenho e não eram só do senhor-de-engenho, mas também de pequenos produtores (moradores e agregados). Essa situação colocava o engenho como articulador do contexto fundiário, além de cumprir função econômica e política.

Verifica-se que o engenho era o *locus* preferencial dessa sociedade, pois além de concentrar a produção e vinculá-la ao seu sentido mercantil, tornava possível executar as funções que dão sentido a uma série de atividades. Tornou-se o elemento de configuração da sociedade rural. Essa instituição propiciava concomitantemente a inclusão e a exclusão dos indivíduos, visto que, mediava entre as diversas produções individuais e o nível mercantil. De modo que, em torno do engenho se estabelecia uma sociedade que ia além do senhor e do escravo, mas aglutinava grupos intermediários (lavradores, moradores e agregados).

Todavia, esse sistema, inicialmente patriarcal ¹² vai mudando paulatinamente para patrimonial, na medida em que a dinâmica da vida colonial se acelerava, e a metrópole lusitana seguia caminho inverso. A Colônia brasileira garantia o superávit da balança comercial portuguesa no final do século XVIII, gerando acumulação de capital em Portugal de modo a propiciar investimentos em fábricas portuguesas, que tinham no mercado colonial cativo sua condição de expansão. ARRUDA, (2002).

A Colônia brasileira apresentava-se não apenas com uma maior atividade econômica fruto da sua produção, como também já ocorria a transformação desse surto econômico em poder político, ou seja, o poder patriarcal se transformava em

patrimonial, que se concretizaria com a independência do Brasil em 1822, quando membros dessa sociedade passam a fazer parte do estamento ¹³ do Império.

A ARISTOCRACIA RURAL

Embora estudos recentes demonstrem que a sociedade brasileira – na colônia e no Império – apresentasse outras categorias sociais (mercadores, roceiros artesãos, oficiais de açúcar, lavradores de roça, profissões urbanas e mesmo desocupados), não se tem dúvida que foi a classe dos senhores-de-engenho e senhores-do-café que pelas condições econômicas e políticas delineou as condições socioeconômicas do desenvolvimento brasileiro na Colônia, Império e República Velha FERLINI, (1988); PALACIOS, (2002).

Como prova tal assertiva tem-se o fato dos pequenos proprietários e arrendatários ligados à produção agropecuária terem por paradigma os senhores-de-engenho e fazendeiros, o que reforça a tese da estrutura social liderada por essa aristocracia, analisada por Caio Prado Junior PRADO JUNIOR, (1975).

A economia canavieira e cafeeira, baseada no escravismo e no latifúndio, direcionada pelo Estado para atender às determinações do capital mercantil, criou restrições ao pequeno produtor e também ao pequeno engenho. No entanto, a existência dos lavradores era extremamente conveniente para os engenhos, na medida em que diminuía os custos de manutenção dos escravos, especialmente onerosos em conjunturas adversas. Mas, a produção em larga escala, a requerer apreciáveis capitais para a montagem das unidades produtivas, estabeleceu hierarquia em que, aos empreendedores de menores posses, cabia posição subsidiária de fornecimento de matéria-prima (FERLINI, 1988).

No período colonial a aristocracia rural, em formação, e por depender da burguesia mercantil e do Estado absolutista português, não foi capaz de impulsionar mudanças na agricultura e na sociedade. Após a independência, também não as fez, desta feita, devido à autossuficiência do sistema de *plantation*, pela comodidade e *status* provenientes da ascensão política e, pela permanência da mentalidade mercantilista com forte apoio do Estado brasileiro. Esta permeava não só a economia, como já delineava a formação da sociedade brasileira. Assim, as elites nativas – portuguesa e brasileira – não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial. Mas, contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social.

A aristocracia da cana-de-açúcar e posteriormente a do café no vale do rio Paraíba, com a participação da pecuária não se preocupou em modernizar a produção e as relações de trabalho. Isto não significa que o comportamento capitalista não tenha sido introduzido no Brasil juntamente com a colonização. Todavia, devido à posição marginal que a Colônia ocupava no circuito mercantil, visto que mesmo a Metrópole não participava das suas principais fases que se desenrolavam fora de Portugal, fez com que as funções econômicas dessa aristocracia, no âmbito do referido circuito, fosse de administrador e beneficiário de feitoria. ¹⁴

O engenho, na época colonial, consagrou o poder dos senhores-de-engenho, assim como a fazenda de café e de gado, no Império e na República Oligárquica (1889-1930) o fez com os senhores-do-café; e os senhores-do-gado. Estes senhores tiveram papel importante nas diversas formas de desenvolvimento que a agricultura proporcionou ao país. Seu poder econômico e político se constituíram em grande impedimento ao desenvolvimento autônomo das classes de pequenos e médios produtores. Formou-se uma sociedade com hierarquia social rígida, deixando as outras classes com poucas possibilidades de promoção social. Muito contribuíram o engenho e a fazenda – de café e de gado – *locus* preferencial da sociedade brasileira, funcionando como núcleo que além de concentrar a produção, tornava possível executar funções que demandavam outras atividades que configuravam a sociedade rural, visto que através deles realizava-se, ao mesmo tempo a inclusão e a exclusão dos indivíduos.

Por outro lado, a proibição de criar indústria na colônia restringia tanto a capacidade empreendedora como a organização de quadros sociais diferenciados do mundo rural. Mesmo depois de revogada essa situação, a indústria não pode se expandir, tolhida pela falta de mercado e pelo transporte caro. A produção manufatureira em pequena escala sofria com a concorrência inglesa, com seus produtos cada vez mais baratos. ¹⁵

Desse modo, o sistema colonial forçava um tipo de acomodação que retirava da grande lavoura qualquer possibilidade de dinamização da economia interna, estabelecendo-a como unidade econômica estanque e fechada sobre si mesma tendo de prover as suas principais necessidades fundamentais, apesar de ser uma empresa exportadora.

A economia agroexportadora brasileira, do período colonial e imperial, por depender do mercado externo com três principais produtos: açúcar, algodão e café, utilizando mão-de-obra escrava, não foi capaz de estabelecer uma ampliação do mercado interno via salários, possibilitar uma maior mobilidade social e prover de

inovação o setor produtivo de modo a promover um desenvolvimento econômico que já se pautasse por diminuir as desigualdades individuais e regionais, diversificar e impulsionar o processo econômico. Isto porque, além do contexto econômico já mencionado também teve forte influência algumas variáveis não econômicas (a cultura patrimonial e a autossuficiência) do sistema aristocrático e mercantilista, mantidas quase como “patrimônio” dessa aristocracia.

TRADICIONAL *VERSUS* MODERNO: UM EMBATE CULTURAL NA AGRICULTURA

A agricultura brasileira nos seus 350 anos de Brasil Colônia e Império, (do engenho de açúcar ao início da expansão do café no oeste paulista) foi praticada com muito pouca inovação tecnológica. Sua transformação do tradicional para o moderno, iniciada em São Paulo, com o café, a partir da penúltima década do século XIX, só veio apresentar taxa de crescimento significativo na segunda metade do século XX, quando se destaca a transformação do Cerrado na dinâmica fronteira do agronegócio brasileiro do século XXI. Nesta transformação o embate tradicional antimodernização ocorreu por conta de boa parte da sociedade rural estabelecida no país, e se estendeu até o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).¹⁶ A Revolução Verde *versus* Movimento Ambientalista, ambos surgidos na segunda metade do século XX têm propiciado o contexto atual no qual se desenrola essa disputa.

A modernização da agricultura necessita da aplicação do conhecimento científico através do uso de tecnologias. O advento dos fertilizantes viabilizou a exploração dos solos de fertilidade média. E os corretivos permitiram a produção agrícola em terras de baixa fertilidade. A mecanização aumentou a produtividade do trabalho. O melhoramento genético tem ampliado a latitude de plantio, o controle de pragas e doenças; estes dois últimos têm contado com o apoio dos defensivos agrícolas. O processamento dos alimentos melhorou sua qualidade e ampliou o tempo do seu consumo.

No entanto, a modernização da agricultura depara-se com a cultura estabelecida (sociedade rural), ou que está se estabelecendo (movimento ambientalista). Na primeira, encontra-se uma agricultura pautada no uso e abuso dos recursos naturais, na qual apenas o lucro é o objetivo principal; na segunda ocorre um “culto” aos recursos naturais, mas que encobre uma luta contra a expansão do capitalismo, para o qual a modernização da agricultura é fator importante.

O comportamento da sociedade rural brasileira, estabelecida a mais de quatrocentos anos, formou uma cultura da manutenção do *status quo*. David S. Landes resume assim a sua tese através da qual visa explicar como as nações se tornam ricas ou ficam pobres tendo a cultura como forte variável. Diz ele: “*A cultura é condicionante da prática social e econômica dos povos, e a prática social e econômica é condicionante da cultura. E o que sobressairá na cultura que fará a diferença? O conhecimento, a aprendizagem, e o espírito crítico*” LANDES, (1998).

Transitando-se por essa ótica pode-se convergir para o entendimento sob a égide da racionalidade. Neste parâmetro, não apenas ganha a agricultura, mas o desenvolvimento econômico, ou seja, a própria sociedade. Contudo, essa convergência não ocorre de maneira fácil ou natural, visto que se depara com a ameaça aos interesses dos atores sociais, interesses que os atores percebem muito bem.

Isto denota que a modernização ao se processar, cria na sociedade uma situação nova, ou, mais exatamente, um conjunto de situações novas, simultâneas e sucessivas. Situações novas para os indivíduos, para os grupos, para a organização social, para a própria cultura. Diferindo das anteriores, estas novas situações exercem estímulos diferentes e provocam, portanto, diferentes reações individuais e coletivas. Surgem, pois, novas motivações e aspirações, novas atitudes, novos tipos de comportamento. Solidariedades, anteriormente sólidas, enfraquecem ou dissipam-se, enquanto outras se tecem ou robustecem e procuram formas próprias de aglutinação e expressão. Deste modo, a estrutura básica da comunidade é alterada e o equilíbrio de interesses ou de poderes, em que se assentava a organização social, modifica-se, obrigando a adaptações mais ou menos extensas ou profundas nos próprios esquemas ou princípios da organização. Finalmente, também o condicionalismo, dentro do qual, e a problemática, perante a qual, o sistema de ideias se elabora, os valores e ideias se explicitam, e as obras do pensamento, da técnica e da arte se concebem e produzem, são transformadas. Daí resulta a criação e propagação de formas e conteúdos de cultura inteiramente novos ou amplamente renovados. Em suma: sob o impacto da modernização induz-se uma reconversão social e cultural que se desencadeia. A sociedade e a cultura vão se transformando à medida que a modernização se processa.

Do exposto pode-se concluir que num esquema muito simples de interação ou, melhor talvez, de “casualidade circular”: sob certo aspecto, a relação entre a modernização e condições de estrutura, de cultura e de organização social, aparece

como uma relação de “dependência” do primeiro diante das segundas; sob outro aspecto, porém, são estas que “dependem” daquela, porque a modernização, uma vez em processo, opera como indutora de toda uma cadeia de alterações na estrutura, na cultura e na organização da sociedade. 17

No Brasil, esse quadro só começaria a mudar com a economia cafeeira do Oeste paulista, no final do século XIX, ao admitir o trabalho assalariado, estabelecer infra-estrutura e tecnologia agrícola. Isto ocorre, entre outros fatores, porque o fazendeiro de café inicia o processo de separação da fazenda e a riqueza por ela produzida, do status senhorial 18. Nasceram as bases para o sustentado desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo.

Observa-se que fora de São Paulo a mentalidade da aristocracia rural continuou a prevalecer na agricultura brasileira, ou seja, a produção nos moldes tradicionais. Nessa condição tem-se queda de produtividade, não preservação dos recursos naturais, concentração da renda e insipiente desenvolvimento econômico. Um segmento que continuou a propagar esta cultura no território nacional foi a pecuária, que na segunda metade do século XX, ao se instalar na Amazônia Brasileira, com pastagens plantadas, o fez nos moldes tradicionais de produção, conforme demonstrado no sétimo capítulo. Este cenário é um indicativo de que o desenvolvimento no Brasil se confunde com o da agricultura, tanto quando ocorre ou não.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento econômico brasileiro esteve fortemente ligado, até a primeira metade do século XX, à estrutura econômica, cultural e política da Sociedade Rural que aqui se instalou desde a época colonial. Essa sociedade originou-se da atividade açucareira que tinha como pilares o engenho, a casa-grande e a senzala. Assim, a grande propriedade açucareira transformou-se num verdadeiro mundo em miniatura em que se concentrava e resumia a vida toda de uma população. Com sua força econômica, social e política foi capaz de moldar a sociedade que aqui se formava, estruturada na escravidão, no atraso à industrialização e na resistência à modernização da agricultura.

O complexo açucareiro se estruturava na grande plantação de cana-de-açúcar e no engenho. No entanto, o engenho era o carro chefe que articulava a atividade econômica a começar pelo contexto fundiário, de modo a cumprir função econômica e política. Partindo dele a produção canavieira organizava-se, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas para Portugal. Assim, o

contexto socioeconômico em que se desenvolveu a *plantation* açucareira, no sistema colonial, anulava progressivamente o ímpeto capitalista do senhor-de-engenho instigado pela situação de conquista e animado durante a fase pioneira da colonização, o que ocorria com outros segmentos da sociedade colonial em formação.

Em termos de sociedade, esse sistema, inicialmente patriarcal vai mudando paulatinamente para patrimonial, na medida em que a dinâmica da vida colonial se acelerava, e a metrópole lusitana seguia caminho inverso. Essa sociedade em formação se concretizaria com a independência do Brasil em 1822, quando membros dela passam a fazer parte do estamento do Império. Não se tem dúvida que foi a classe dos senhores-de-engenho e senhores-do-café que pelas condições econômicas e políticas delineou as condições socioeconômicas do desenvolvimento brasileiro na Colônia, Império e República Velha. Isto porque a economia canvieira e cafeeira, baseada no escravismo e no latifúndio, direcionada pelo Estado para atender às determinações do capital mercantil, criou restrições ao pequeno produtor e também ao pequeno engenho, não permitindo o estabelecimento de uma classe média de produtores.

Formou-se uma sociedade com hierarquia social rígida, deixando as outras classes com poucas possibilidades de promoção social. Muito contribuíram o engenho e a fazenda – de café e de gado – *locus* preferencial da sociedade brasileira, funcionando como núcleo que além de concentrar a produção, tornava possível executar funções que demandavam outras atividades que configuravam a sociedade rural, visto que através deles realizava-se, ao mesmo tempo a inclusão e a exclusão dos indivíduos.

Também contribuiu a proibição de criar indústria na colônia que restringia tanto a capacidade empreendedora como a organização de quadros sociais diferenciados do mundo rural. Mesmo depois de revogada essa situação, a indústria não pode se expandir, tolhida pela falta de mercado e pelo transporte caro. A produção manufatureira em pequena escala sofria com a concorrência inglesa, com seus produtos cada vez mais baratos.

A influência da sociedade rural teve fortes reflexos no desenvolvimento socioeconômico brasileiro até o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando impossibilitou políticas modernizantes da agricultura que constavam no Plano de Metas desse governo. A partir dos anos de 1980 esse embate passou a se dar e um novo contexto. A Revolução Verde *versus* Movimento Ambientalista. A modernização da agricultura depara-se com a cultura estabelecida (sociedade rural), ou que está se

estabelecendo (movimento ambientalista). No contexto da sociedade rural encontra-se uma agricultura pautada no uso e abuso dos recursos naturais, na qual apenas o lucro é o objetivo principal; na segunda ocorre um “culto” aos recursos naturais, mas que encobre uma luta contra a expansão do capitalismo, para o qual a modernização da agricultura é fator importante. Todo esse processo tem forte conotação cultural, em se tratando da sociedade rural; e ideológico quando do movimento ambientalista.

Como descrito neste trabalho, três fatores foram determinantes: o sistema patriarcal, dando forte conotação de domínio do patriarca familiar; o sistema patrimonialista, miscigenando o poder privado com o público; o pacto colonial, que transformava a colônia numa simples fornecedora de produtos que interessavam ao mercantilismo português.

Acrescente-se também para a manutenção desse *status quo* de sociedade, a magnitude do território nacional que se fazia presente na solução de problemas relativos à manutenção do sistema produtivo, tanto da grande plantação como do campesinato, ou seja, a manutenção do sistema em vigor se fazia pela expansão da fronteira. Essa situação pode ser constatada na história recente do país, através da política de desenvolvimento para a Amazônia, a partir dos anos de 1960, e que perdurou até o início deste século, feito na base da ocupação da fronteira, com objetivo principal da ocupação do território.

NOTAS

1 A indícios de que a cana-de-açúcar veio para esta colônia em 1502-1503. Sua exploração sistemática, no entanto, demorou mais de uma década. Em 1516, a poderosa Casa da Índia, órgão metropolitano encarregado das alfândegas, procurava mestres de açúcar para trabalhar em engenhos em áreas próximas às feitorias litorâneas. No ano de 1518, escravos vindo da Guiné, e colonos da ilha da Madeira estavam em atividades ligadas a produção de açúcar. A partir de 1520, a Alfândega de Lisboa passou a cobrar direitos sobre o açúcar da Terra de Santa Cruz. O primeiro engenho, denominado São Jorge, foi instalado na capitania de São Vicente em 1532, por Martim Afonso de Souza; o segundo, por Jerônimo de Albuquerque, em 1540, em Olinda, na capitania de Pernambuco. FERRÃO, (1992). *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. ENCICLOPÉDIA AGRÍCOLA BRASILEIRA, (1995). *Açúcar*. v 1, p 47.

2 O privilégio, outorgado ao donatário, de só ele fabricar e possuir moedas e engenhos de água denota ser a produção do açúcar o que se tinha especialmente em mira produzir, justificado pelo valor econômico do açúcar. AZEVEDO, (1931). *Épocas de Portugal econômico*. CALDEIRA, (1999). *A nação mercantilista: ensaios sobre o Brasil*. p. 145.

3 *Plantation* era a grande propriedade financiada pelas companhias de comércio para produzir produto tropical com um grande mercado na Europa. A grande propriedade e a força do seu proprietário (o senhor do engenho) tiveram sua origem nas capitanias cujos titulares gozavam de grandes regalias e poderes soberanos, cabendo-lhes nomear autoridades administrativas e juízes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras etc. O rei conservava apenas direitos de suserania semelhantes aos que vigoravam na Europa feudal. Uma característica marcante desse sistema que se constituiu em aspecto fundamental da estrutura econômica brasileira foi a monocultura. Quanto ao sistema da pequena unidade

produtiva era impotente para produzir para o mercado, faltava-lhe principalmente financiamento e infra-estrutura. A desvantagem da pequena unidade produtiva para a *plantation* fica bem evidente no exemplo dos Estados Unidos. No Norte desse país, de clima temperado, estabeleceu-se a pequena propriedade que prosperou, sobretudo como produção de subsistência, devido aos colonos ingleses terem conhecimento dessa agricultura de clima temperado. No Sul, região subtropical se instalou a *plantation*, mesmo com as tentativas de um sistema semelhante ao do Norte, como os casos da Carolina e da Geórgia. Para aprofundamento desta questão, ver: FURTADO, (2001a). *Formação econômica do Brasil*. FURTADO (2001b). *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. PRADO JUNIOR, (2004). *História econômica do Brasil*.

4 O Índio, por natureza, se dera mais ou menos bem com o trabalho esporádico e livre do extrativismo do pau-brasil, e também da coleta das “drogas do sertão”, na Amazônia, o que não aconteceria com a agricultura da cana-de-açúcar, do algodão e do arroz, que exigia a disciplina e o método de uma atividade organizada e sedentária.

5 A família rural constituiu-se no grande fator colonizador do Brasil, com o engenho e a força social que se desdobrava em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Todavia, destaque-se que muitos dessas famílias que aqui se tornaram grandes proprietárias rurais não tinham tradição agrícola, pois Portugal começa sua transformação do feudalismo para o mercantilismo ao fundar o Estado absolutista com o decisivo apoio da classe burguesa separatista, que o instituiu após a vitória da batalha de Aljubarrota, em 1385, num confronto com os espanhóis. Instala-se a segunda dinastia portuguesa, Dinastia de Avis, fundada por D. João I, mestre da Ordem de São Bento de Avis. Essa dinastia reinou no país durante um período de grande expansão marítima e imperial em terras da Ásia, África e América (1385-1580). Os reis, a partir daí, não se apoiariam mais nos proprietários de terra, mas nos funcionários sustentados economicamente pela burguesia comercial, que se apoia, cada vez mais, na aventura marítima, contribuindo para aniquilar a aristocracia feudal. Assim, seu ruralismo no Brasil não foi espontâneo, mas de adoção, imposto pelas circunstâncias, em que se destacavam: o mercado favorável do açúcar; as condições naturais do Brasil para o cultivo da cana-de-açúcar; as condições morais e materiais da vida e cultura de seus habitantes. Por seu turno, a colonização feita por indivíduos era constituída de soldados de fortuna, aventureiros, degredados, cristãos-novos fugidos à perseguição religiosa, naufragos, traficantes de escravos, de papagaios e de madeira, mas que não teve influência na formação da sociedade colonial. FREIRE, (1998). *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO ILUSTRADO VEJA LAROUSSE v.1, (2006). *Aljubarrota*. DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO ILUSTRADO VEJA LAROUSSE v.3, (2006) AVIS. RICUPERO, (2008). *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*.

6 O binômio casa-grande e senzala é o alicerce da sociedade brasileira do período colonial sob a égide da economia açucareira. A casa-grande se apoiava na vasta mão-de-obra escrava. A senzala conheceu arranjos que conjugaram modelos transplantados da África com adaptações no Brasil. A casa-grande funcionava como fortaleza, capela, escola, oficina, santa casa, harém, convento de moça, hospedaria, banco etc. Sobre a sólida base econômica e social proporcionada pelo engenho e pela casa-grande, a pequena minoria de emigrados europeus se desenvolveu amplamente. Procurou adaptar o meio aos seus hábitos de vida, criou condições de conforto e abundância que lhes fizessem suportável a vida nos trópicos. Disso resultou uma progressiva aristocratização do senhor latifundiário que se foi constituindo patriarca do seu pequeno universo, agregado a este o poder político. À proporção que crescia a casa do senhor, aumentava o número de seus servidores domésticos. Dessa forma, teve início um contato mais íntimo do homem branco com seus escravos negros. Esse contato teve profunda influência na formação da sociedade colonial. O português perderá pouco a pouco sua mentalidade de feitor de escravos e se aristocratizará. Desse intercurso de intimidade resultará a formação de uma população mestiça que se constituirá o ponto de partida para a solução da mais profunda contradição social colonial: o antagonismo de castas agravado pelo de raças. O mestiço será o homem intermediário que percorrerá meio caminho de cada um dos polos em direção ao centro. Também se tornou o homem melhor adaptado às condições da vida tropical, pois alia a resistência aos rigores do meio físico à posse dos valores culturais de que o branco era portador. FREIRE, (1998). *Casa-Grande & Senzala: formação da família*

brasileira sob o regime da economia patriarcal. FURTADO, (2001b). *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII.*

7 A auto-suficiência do engenho de açúcar se mantinha não apenas em função do sistema socioeconômico fechado, mas devido a expansão da fronteira agrícola através das migrações que permitiam a manutenção da produtividade da cana-de-açúcar em solo recém desbravado da mata atlântica. Exemplo dessa prática constata-se com o a produção de café do vale do Paraíba que se transferiu para o planalto paulista após o declínio da fertilidade dos solos dessa região. Nessa nova fronteira agrícola essa condição de auto-suficiência rural viria a ser rompida no final do século XIX, por um novo tipo de fazendeiro de café que surgiu no Oeste paulista. Para um aprofundamento desta questão ver os autores: FREIRE, (1988). *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* CANO, (1990). *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* HOLANDA, (1997). *Raízes do Brasil.* FERNANDES, (2006). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.* RICÚPERO, (2008). *Sete lições sobre as interpretações do Brasil.*

8 Essas classes foram se formando com os contingentes de brancos pobres, índios destribalizados e ex-escravos. Estimativas recentes indicam que, entre 1650 e 1750, o número de portugueses vindos para o Brasil aumentou em 500%, de 120 para 600 mil, em sua maioria pessoas pobres. Entre os africanos esse crescimento foi de aproximadamente 222%, de 720,7 mil para 1,6 milhão, viabilizando a concessão de novas cartas de liberdades aos escravos. Muitos desses indivíduos encontravam uma forma de sobrevivência na agricultura e no comércio de gêneros alimentícios. GODINHO, (1975). *Estrutura da antiga sociedade portuguesa.* p.57. SERRÃO, (1982). *A emigração portuguesa: sondagem histórica.* p.105-115. ALENCASTRO, (2000). *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* p.69. PRIORE; VENÂNCIO, (2006). *Uma história da vida rural no Brasil.*

9 Ao fazer agricultura apareceram pragas, doenças e plantas invasoras. A maior praga era a formiga, que existia em grande quantidade. Já no século XVI, os portugueses apelidaram o inseto “rei do Brasil”. ASSUNÇÃO, (2001). *A terra dos Brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596).*

10 Os estudos clássicos de Sérgio Buarque de Holanda e Paulo de Assunção, analisam bem esta questão. HOLANDA, (1994). *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.* ASSUNÇÃO, (2001). *Op.cit. nota 9.*

11 O custo de implantação de um engenho com produção de dez mil arrobas de açúcar/ano era da ordem de 48 mil cruzados. Compare-se este valor com os rendimentos do governador-geral Tomé de Souza, mil cruzados/ano. Além do investimento, o engenho tinha grande aparato técnico, para a época, que o Pe. Antônio Vieira, assim resumiu: “essa fábrica e máquina incríveis”. Correspondeu também, à necessidade de controle da produção pelo capital mercantil, através do monopólio da produção. MAURO, (1983). *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII éme siecle.* p. 245. BUENO, (2006). *A coroa, a cruz e a espada: Lei ordem e corrupção no Brasil Colônia* p. 20. VAINFAS, (2011). *Antônio Vieira: Jesuíta do rei.*

12 Patriarcal é o sistema de economia familiar em que a dominação é exercida por um indivíduo seguindo regras fixas de sucessão. Trata-se de um tipo de dominação tradicional na qual sua legitimidade repousa na crença, na santidade de ordens e poderes senhoriais tradicionais. O regime patriarcal aqui instalado resultou do sistema da grande propriedade com o regime de iniciativa privada com que Portugal procurou colonizar o Brasil. Patrimonial é o sistema social onde não se distingue a formação da riqueza particular da pública, toda ela é patrimônio do rei. Nele tem-se um capitalismo politicamente orientado, em que as atividades mercantis se subordinam às necessidades do Estado. O rei promovia monopólios e privilégios, bloqueando o livre desenvolvimento do mercado e, com ele, o das classes sociais. Desse modo, Portugal não conseguiria ultrapassar a fase do capitalismo mercantil. Junte-se a essa condição o uso da mão-de-obra escrava Praticamente nada sobrava na sociedade brasileira para que se instalasse uma economia de mercado, onde devem prevalecer a competição e a inovação. Cite-se como exemplo a luta do Barão de Mauá, durante o reinado de D. Pedro II, para iniciar a industrialização do país. Para um aprofundamento de esta questão ver: WEBER, (1994). *Economia e sociedade.* CALDEIRA, (1995). *Mauá: o empresário do império.* FAORO,

(2001). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. FURTADO, (2001b). *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. RICUPERO, (2008). *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*.

13 Estamento era uma corporação de poder, estruturada numa comunidade político-administrativa que assessorava o Imperador. FAORO, (2001). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Além de que, o poder patriarcal escravocrata definia a disposição das classes sociais, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compunham. O desenvolvimento da vida urbana se fazia no Brasil à sombra desse domínio. Ele tinha a primazia econômica, administrativa e religiosa. Dessa situação decorria uma completa subordinação da vila ao senhor do domínio mais próximo; outras vezes ele era zona de conflito de influências poderosas. Desse modo, o município brasileiro que surgiu como divisão territorial mais ou menos arbitrária, teve por muito tempo uma expressão política puramente exterior. Por trás estava o senhor todo-poderoso do domínio, de quem todos dependiam e obedeciam. PRADO JÚNIOR, (1992). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. FURTADO, (2001b). *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. Este perfil se fez presente em muitos municípios brasileiros até pelo menos à primeira metade do século XX.

14 O café do oeste paulista que introduziu o trabalho não escravo na agricultura brasileira, e ensinou as primeiras instituições de pesquisa. Uma cultura que não aparece com destaque no cenário da história do Brasil, mas que teve papel relevante no Maranhão e outras regiões do Nordeste foi o algodão, e que, sobretudo no Maranhão, no período de 1775 até a segunda metade do século dezanove também teve seus senhores-do-algodão. BARBOSA, (2005). *Relações de produção na agricultura: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929)*.

15 A proibição de se montar indústria no Brasil foi estabelecida pelo alvará do governo português, em 1785 e revogado em 1808, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil.

16 Exemplo ilustrativo dessa posição foi quando da execução do Programa de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), no qual as metas de 13 a 18 que diziam respeito propostas à agricultura, mas que no entanto praticamente não foram operacionalizadas, entre outras causas, por conta da resistência do setor agrário. Juscelino então deu prosseguimento aos segmentos da indústria, metas 19 a 29; transportes, metas 6 a 12; energia, metas 1 a 5; e a construção de Brasília. LAFER, (2002). *J K e Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*.

17 Exemplo clássico a esse respeito foi a Grã-Bretanha, na segunda metade do século XVIII, onde se verificou o primeiro arranco ou take-off do desenvolvimento econômico moderno. Isto porque naquele momento ela reunia as condições (culturais, econômicas e tecnológicas) necessárias e condicionantes à modernização.

18 A agricultura praticada no Brasil, desde o primeiro século da colonização, se caracterizou por um processo de cultivo bastante rudimentar. Três causas são diretamente responsáveis: a) o desconhecimento de técnicas agrícolas para regiões tropicais, levando os portugueses a utilizar a tecnologia indígena de limpeza da área com o fogo; b) a mão-de-obra escrava que não recebia nenhuma instrução inovadora para cultivar a terra, só os métodos mais rudimentares e apenas os instrumentos mais simples estavam disponíveis, no caso a enxada; c) o isolamento em que a Metrópole manteve a Colônia, contribuindo para a manutenção desse status quo. FURTADO, (2001b). *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, L.F. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARRUDA, J.J.A.. Exploração colonial e capital mercantil. In: In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **História econômica do período colonial.** São Paulo: HUCITEC, p. 217-223, 2002. 2ª Ed.
- ASSUNÇÃO, P. **A terra dos brasis:** a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596). São Paulo: Annablume, 2001.
- AZEVEDO, J.L. **Épocas de Portugal econômico.** Lisboa, 1929.
- BARBOSA, F.B.C. Relações de produção na agricultura: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929). **AGRICULTURA EM SÃO PAULO**, v. 52, n. 2, p. 17-27, jul./dez. 2005.
- BUENO, E. **A coroa, a cruz e a espada:** Lei ordem e corrupção no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. (Terra brasilis; 4).
- CALDEIRA, J. **Mauá:** o empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A nação mercantilista:** ensaios sobre o Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: HUCITEC, 1990. (3ª Ed.).
- DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO ILLUSTRADO VEJA LAROUSSE **Aljubarrota.** São Paulo: Editora Abril, v.1, 2006.
- _____. **AVIS.** São Paulo: Editora Abril, v.3, 2006.
- ENCICLOPÉDIA AGRÍCOLA BRASILEIRA. **Importância da indústria do açúcar.** São Paulo: Edusp, 1995. v.1.
- FAORO, R. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001. 3ª ed.
- FERLINI, V.L.A. **Terra, trabalho e poder:** o mundo dos engenhos no Nordeste colonial, São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006. 5ª ed.
- FERRÃO, J.E.M. **A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses.** Lisboa: Fundação Berardo, 1992.
- FREIRE, G. **Casa-Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1998. 34ª ed.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001a. 30ª ed.

_____. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII:** elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: HUCITE, 2001b.

GODINHO, V.M. **Estrutura da antiga sociedade portuguesa.** Lisboa: Arcádia, 1975. 2ª Ed.

_____. **Os descobrimentos e a economia mundial.** Volume IV, Lisboa: Editorial Presença, 1983. V. IV.

HOLANDA, S.B. **Visão do paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. 6ª ed.

_____. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 26º ed.

LAFER, C.L. **J K e o Programa de Metas (1956-1961):** processo de planejamento e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LANDES, D.S. **A riqueza e a pobreza das nações:** por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 3ª edição.

MAURO, F. **Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII éme siecle.** Paris: Gulbenkian, 1983.

OLIVEIRA, C.A.B. **Processos de industrialização:** do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora Unesp; UNICAMP, 2003.

PALACIOS, G. Agricultura camponesa e plantations escravistas no Nordeste Oriental durante o século XVIII. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **História econômica do período colonial.** São Paulo: HUCITEC, p. 35-53, 2002. 2ª Ed

PRADO JUNIOR, C. **Evolução política do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Brasiliense, 1975. 9ª Ed.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo; Brasiliense, 1992. 22ª ed.

_____. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004. 46ª reimpressão.

PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. **Uma história da vida rural no Brasil.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

RICÚPERO, B. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil.** São Paulo: Alameda, 2008. 2º ed.

SERRÃO, J. **A emigração portuguesa:** sondagem histórica. Lisboa: Livros Horizontes, 1982. 4ª Ed.

SILVA, J.M.A. **A madeira e a construção do mundo atlântico (séculos XV-XVII).** Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995. V.1.

VAINFAS, R. **Antônio Vieira:** Jesuíta do rei. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Coleção Perfis Brasileiros).

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
3ª ed., v. 1.